

CARRA

Receba nossos informativos online. Cadastre seu e-mail no site www.sindsep-pe.com.br

Mala Direta Postal
Básica
9912264199/2010-DR/PE
SINDSEP/PE
CORREIOS

Servidores garantem **conquistas históricas**, apesar dos cortes

▶ página 6



No Recife e no interior, trabalhadores **protestam** contra **ajuste fiscal**

▶ página 7

A **crise econômica** brasileira e o que ainda está por vir

▶ página 5



Esquerda pernambucana se (re)organiza em **núcleo de estudo**

▶ página 11

A difícil **realidade** dos **civis** do Exército e da Marinha

▶ páginas 8 e 9

A humanidade é desumana

O mundo inteiro parou, no dia 2 de setembro, envolto à trágica imagem de uma criança, de apenas 3 anos, encontrada morta por afogamento na beira de uma praia em Bodrum, na Turquia, quando tentava, com sua família, chegar à Europa ao fugir do Estado Islâmico, na Síria. Junto com Aylan Kurdi, morreram também um irmão, sua mãe e uma jovem de 18 anos. Todos vítimas do drama que assola milhares de pessoas refugiadas que buscam guarida em países europeus ao fugirem da guerra em nações como Síria, Iraque, Afeganistão, Bangladesh e Paquistão.

A imagem de Aylan é um claro retrato da crise humanitária, fruto de uma globalização perversa, que cultua o individualismo ao invés da solidariedade. Aquela imagem do garoto chocou o mundo, não foi? Nas primeiras horas, naquele dia, naquela semana, mas depois foi perdendo força. Já se tornou rotina notícias de migrantes mortos – a grande maioria crianças – ao tentar fugir de seus países. Mas esse cenário parece já ter se naturalizado e se mantém sem grandes espantos da sociedade global.

Na Hungria, não bastasse o governo fe-

char as fronteiras do país, ainda expulsa com gás lacrimogêneo aqueles que buscam asilo. A Hungria transformou-se berço da xenofobia no mundo. Outros países não chegam a tanto, mas estão com mais rigor no controle das fronteiras, no sentido de evitar o excesso de refugiados. Outra aberração nessa guerra pela sobrevivência é a cobiça dos traficantes de migrantes, a busca pelo lucro acima da vida.

Convenções das Nações Unidas obrigam países signatários a aceitarem, não discriminarem nem punirem quem solicita asilo como vítima de guerras ou perseguições. Mas não é isso que vimos. Quantas outras crianças ainda precisam morrer – esperamos que mais nenhuma – para que a sociedade se dê conta que o problema não é isolado? Até quando as pessoas vão continuar com sua indignação seletiva? Algo precisa ser feito.

Ou a humanidade faz uma reflexão acerca do seu papel nessa sociedade em rede ou tragédias como a de Aylan e tantas outras vão continuar fazendo parte do cenário mundial.

Isac Santos
Diretor de Imprensa do Sindsep-PE

ÚLTIMAS



Negociações da Ebserh vão ao dissídio

Após nove rodadas de negociação e sem chegar a um entendimento com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), a negociação dos trabalhadores do órgão foi ao dissídio coletivo. Até o fechamento desta edição estavam sendo realizadas novas assembleias nos estados para decidir se o setor assina o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2015/2016 ou deixa a decisão a cargo da Justiça.

Os trabalhadores da Ebserh em Pernambuco já decidiram aceitar o acordo da empresa. A assembleia foi realizada no dia 25 de setembro (foto). O ACT prevê reajuste salarial de 7,7%, auxílio alimentação de R\$ 483,58, auxílio creche de R\$ 157,76, contrapartida do plano odontológico com o teto máximo de R\$ 128,22 e auxílio da pessoa com deficiência de R\$ 171,49.

“Mesmo assinando o acordo, a Condsef vai continuar negociando para que as cláusulas administrativas que ficaram de fora do ACT sejam revistas e atendidas”, explica coordenadora geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira.

CHARGE SAMUCA



ATENÇÃO



EXPEDIENTE

Revista editada pela Secretaria de Imprensa do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco
Rua João Fernandes Vieira, 67 – Boa Vista
CEP 50.050-200 Recife – PE
Fone: 3131.6350 Fax: 3423.7839
Home: www.sindsep-pe.com.br
e-mail: sindsep@sindsep-pe.com.br
imprensa@sindsep-pe.com.br

Coordenação Geral
Maria das Graças de Oliveira
Secretaria Geral
José Carlos de Oliveira
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Isac dos Santos Neto,
Sérgio da Silva Goiana
e Valdemar Joaquim de Santana

Jornalista Responsável e Edição
Fabiola Mendonça
Texto
Fabiola Mendonça (DRT-2506),
Deyse Lemos (DRT 3909),
Alexandre Yuri (DRT 2942)
Revisão Mª de Lourdes
Souto Maior Araujo

Fotos Arquivo SINDSEP-PE e Divulgação
Ilustrações Samuca
Projeto gráfico, capa e diagramação
Karla Tenório (DRT-2468)
Impressão CCS
Fone: 3458.0000
Tiragem 12.500 exemplares

Nas manifestações de rua puxadas pela direita, jovens, adultos e idosos despolitizados e reacionários chegam a clamar pelo retorno dos militares ao poder. Como forma de se contrapor a tudo isso, um grupo de artistas resolveu se reunir no Recife e levar ao palco um espetáculo teatral sobre a vida da militante política paraguaia, Soledad Barrett, assassinada em Pernambuco, em 1973, pelo regime militar.

“O povo brasileiro foi apartado da sua própria história. Lutamos há anos pelo reconhecimento dos atos de violação dos direitos humanos ocorridos durante a ditadura. Violentaram pessoas que lutavam pela democracia. Oprimiram, torturaram e mataram. Mas até hoje essa história está encoberta. Os torturadores não foram julgados e não responderam pelos seus atos. É devido a essa escuridão em que a história está envolta que parcela do povo brasileiro clama pelo retorno do golpe, sem nem saber ao certo o que está querendo”, comentou a artista plástica cubana naturalizada brasileira, Nasaindy Barrett, filha de Soledad, que assinou algumas músicas e a identidade visual do monólogo *Soledad - a Terra é Fogo sob Nossos Pés*.

A iniciativa do projeto partiu da atriz pernambucana Hilda Torres, que iniciou uma pesquisa documental e uma série de entrevistas, e é a única atriz do espetáculo. A peça ficou em cartaz entre os dias 3 e 20 de setembro, no teatro Hermilo Borba Filho.

Nascida no Paraguai, em uma família culta e politizada, Soledad Barret militou no Brasil na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Era neta do renomado escritor, jornalista, intelectual e líder anarquista, o espanhol Rafael Barret. Por causa do ativismo político de seu pai e irmão mais velho, que os obrigava ao exílio constante, Soledad viveu na Argentina e Uruguai e, depois, Cuba e Brasil.

Aos 17 anos, foi sequestrada, em Montevideu, por um grupo de neonazistas que exigiram que ela dissesse a frase ‘viva Hitler’. Diante da negativa, marcaram suas coxas com suásticas nazistas. A partir daí, decidiu ingressar de vez na luta política e passou a ser vítima de perseguições e prisões por parte da polícia uruguaia. Foi estudar na União Soviética (URSS), onde ficou por um ano, pelo Partido Comunista.

“Falar sobre Soledad é traçar um caminho de poesia onde a dor e a alegria estão juntas, seguindo em marcha para erguer os ideais libertadores. É falar de um pedaço de nós que nos impulsiona a enfrentar, resistir, sem nunca abrir mão do brilho nos olhos, ao imaginar um mundo melhor com direitos iguais para todos e todas na compreensão das nossas diferenças”, comentou Hilda Torres.

A arte como antítese ao golpe



MONÓLOGO
Hilda Torres,
na peça *Soledad - a Terra é Fogo sob Nossos Pés*

Da URSS ao massacre em PE

Após a formação política na União Soviética, Soledad Barrett retorna à América do Sul, estabelecendo-se primeiro na Argentina e depois em Cuba, onde conheceu o brasileiro José Maria Ferreira de Araújo, militante da VPR exilado na ilha, que viria a ser o pai de Nasaindy de Araújo Barrett (foto).

José Maria retornou ao Brasil e Soledad acabou por vir um ano mais tarde. Pouco depois de chegar, soube que seu companheiro tinha sido capturado e morto. “Quando saí de Cuba, minha mãe me deixou com a militante brasileira exilada naquele país, Damares Lucena. Com 11 anos, vim para o Brasil e só aos 27 anos tive Registro Civil e pude ser naturalizada. Vivi os reflexos da ditadura de dentro. Estou há 20 anos na luta para que essa história seja restaurada, salientou Nasaindy Barrett.

No Brasil, Soledad conheceu o Cabo Anselmo, amigo de José Maria na VPR, com quem teve um relacionamento amoroso. Cabo Anselmo é apontado como um dos líderes do protesto dos marinheiros em 1964 e membro do movimento de resistência à ditadura nos anos 1960 como agente policial infiltrado. Foi ele quem entregou o esconderijo dos membros do

VPR em Pernambuco, uma chácara no loteamento São Bento, no município de Paulista.

De uma só vez, todos os militantes que estavam reunidos na chácara São Bento - Eudaldo Gomes da Silva, Pauline Reichstul, Evaldo Luís Ferreira de Souza, Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva e Soledad – foram assassinados. Detalhe: Soledad estava grávida do próprio cabo Anselmo, que ainda está vivo e nunca respondeu a nenhum processo por seus crimes.



Segundo a versão oficial, os militantes foram mortos numa troca de tiros na chácara São Bento. O jornalista Elio Gaspari, em “A ditadura escancarada”, classifica o episódio como “uma das maiores e mais cruéis chacinas da ditadura”. Os militantes teriam sido torturados e mortos pelo delegado Sérgio Paranhos, do DOPS Paulista, que faleceu sem responder a um processo sequer. O episódio ficou conhecido como “massacre da chácara São Bento”. ◀

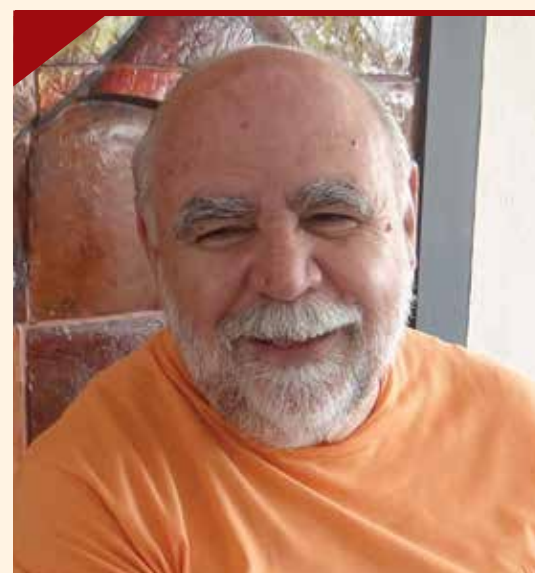
A judicialização da política

Acabo de ler um denso e substancial trabalho sobre o conceito de imparcialidade dos juizes. Uma tese de doutorado em Direito realizada na UnB, por um jovem advogado da AGU, Douglas Carvalho. A tese levanta muitos argumentos teóricos, jurídicos, históricos e filosóficos - ao longo da história do pensamento ocidental - sobre a formação dessa imparcialidade ou separação dos poderes e chega a uma conclusão de que ela é uma herança do liberalismo constitucional e atende a determinados interesses.

A tendência à judicialização da política é um fenômeno generalizado, não só em função da contratualidade das relações sociais e o avanço do braço jurídico do Estado no cotidiano das pessoas, mas, sobretudo, em função da crise de legitimidade (e funcionamento) dos demais poderes (o Poder Legislativo e o Poder Executivo), em sociedades cada vez mais complexas e conflituosas no mundo de hoje.

A doutrina da separação de poderes, seja na sua versão francesa (Montesquieu) ou na sua versão americana (checks and balances), corresponde ao período áureo do liberalismo, onde o parlamento despontava como o legítimo e maior detentor da soberania popular, conforme o pensamento do abade Sieyes. Com a complexidade da sociedade e a imensa pletera de funções que a administração pública assumiu, o parlamento foi progressivamente perdendo importância na vida das nações. Ou porque não esteja aparelhado para tratar das questões ou porque é lento na forma de decidir ou porque só cuida de aprovar medidas que atendam aos seus próprios interesses: a doença do corporativismo.

Nos regimes presidencialistas, como o nosso, há uma improvável e perigosa conjugação de multipartidarismo com o poder do presidente. Um presidente que precisa do apoio de uma relativa maioria parlamentar para aprovar sua agenda e dar sustentação ao mandato presidencial. E um quadro político-partidário fragmentado, pouco representativo e corporativista. Se o Poder Executivo governa através de medidas provisórias exorbita a sua competência constitucional, ao determinar a agenda do Parlamento. Se tenta buscar o apoio dos parlamentares, tende a se tornar refém do fisiologismo. No Brasil, quando se fala de governo de coalizão, entende-se governo de cooptação. Quando o presidente é fraco, a economia anda mal e sua popularidade é baixa, facilmente ele se torna uma presa de interesses subpartida-



“Os juizes podem ter um brilhante currículo jurídico, mas carecem de legitimidade política e social para decidirem ou governarem o país. O processo da decisão judicial está longe de ser neutro ou ditado pelos comandos constitucionais”

rios, sub-republicanos, paroquiais.

Num quadro como esse, é compreensível que o poder dos juizes conspire contra a sua alardeada imparcialidade e que seus julgamentos sejam neutros, técnicos ou ditados pelo respeito à Constituição. Entre a crise de representação política do Parlamento e a fragilidade da base de apoio do Poder Execu-

tivo, entende-se o messianismo jurídico que se instalou no imaginário da população brasileira, que ora busca um vingador público ou alguém que governe, faça a máquina do Estado andar.

Os juizes podem ter um brilhante currículo jurídico - como Joaquim Barbosa - e serem indicados pelo partido A ou partido B, mas carecem de legitimidade política e social para decidirem ou governarem o país. O processo da decisão judicial está longe de ser neutro ou ditado pelos comandos constitucionais. Principalmente em países como o nosso, onde a interferência do sistema político no Judiciário é reconhecidamente grande.

Os juizes votam e decidem de acordo com suas convicções, valores, visões de mundo ou interesses que consideram válidos. O magistrado não julga a lide, como um santo diante das questões sociais. O magistrado decide como uma forma de poder monocrático, que às vezes não dá satisfação nenhuma à sociedade sobre seus julgados. O famoso controle externo do Judiciário só atua em questões administrativas da prestação jurisdicional. E as corregedorias nem sempre cumprem satisfatoriamente suas funções.

Em matéria de transparência, celeridade, acessibilidade e racionalidade, os nossos magistrados deixam muito a desejar. E já houve quem propusesse uma lei para os juizes, de forma a conferir mais previsibilidade às decisões judiciais. Outros acham que o signo jurídico é ele mesmo, um signo aberto, polivalente, passível de múltiplas leituras e interpretações. O instituto da Súmula Vinculante viria minimizar essa liberdade de julgar dos magistrados.

O fato é que existe quem defenda que a judicialização da política (e da administração) é um mal necessário, em razão da fraqueza e do despreparo dos demais poderes. A clássica separação de poderes não corresponderia ao estágio atual da nossa sociedade, que exige cada vez mais decisões adequadas e rápidas para múltiplas questões difíceis e intrincadas.

Agora, se Joaquim é melhor do que José para apreciar e julgar os denunciados da operação Lava a Jato, isso não passa de um tipo de suspeição lançada pelos partidos sobre o Poder Judiciário que tende a minar a credibilidade que este Poder ainda tem junto à opinião pública, em face da crise política que ora atravessamos no Brasil. ◀◀

Cortes e recessão na esperança de o país voltar a crescer em 2016

Diante do difícil momento de instabilidade econômica pelo qual o Brasil atravessa, o governo federal anunciou, em setembro, uma série de medidas para acertar as contas públicas em 2016. Entre cortes e aumentos de impostos, o governo pretende arrecadar a mais R\$ 65 bilhões para cobrir o déficit e pagar o superávit primário de 2016.

Em agosto, o Executivo entregou ao Congresso a proposta orçamentária para 2016 com uma previsão de déficit de R\$ 30,5 bilhões. Uma semana depois, a agência de classificação de risco Standard & Poor's rebaixou a nota de crédito do Brasil de BBB- para BB+, retirando o grau de investimento do país. Com o novo pacote, o governo espera recuperar credibilidade junto aos investidores internacionais.

“A previsão é de que o governo iria gastar mais que arrecadar. Mas o Congresso não poderia fechar um orçamento deficitário e o governo teve que apertar o cinto. Alguma medida mais drástica teria que ser tomada”, destacou o professor universitário, sociólogo e diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio.

Mas quem paga a conta da crise e dos cortes? A crise é resultado de uma série de fatores que atuaram simultaneamente. Segundo Cle-



CLEMENTE “Limitações e escolhas”

Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

mente Ganz, os principais fatores causadores da atual conjuntura econômica seriam a crise internacional, a política cambial do governo, o ajuste fiscal feito fora de hora e o contexto político adverso, além da Operação Lava Jato.

“Se esses fatores acontecessem de forma isolada, seria possível superá-los mais tranquilamente. Mas tudo ao mesmo tempo cria um ambiente de desconfiança que faz com que a situação piore ainda mais. Além disso, na medida que os grandes meios de comunicação exacerbam os problemas, sem informar a realidade

dos fatos, a insegurança é amplificada”, explicou Clemente.

Como a economia de um país necessita de confiança para que atraia investimentos internacionais e nacionais e o governo federal não possui mais grande capacidade de investimentos, a solução para a situação tornou-se complicada. “Temos limitações e o governo teve que fazer escolhas”, lembrou Clemente.

Entre as medidas de corte dos gastos estão o adiamento do reajuste dos servidores públicos de janeiro para agosto (ver matéria nas páginas 6 e 7); suspensão de concursos públicos no ano de 2016; renegociação de contratos de aluguel de prédios, segurança, e locação; limite de gastos com viagens; redução de ministérios; corte de cargos de confiança; e redução dos recursos para qualificação pelo Sistema S (Sesc, Senai, Sebrae e Senac).

Em se tratando do aumento de carga tributária, foi proposta a volta do CPMF por um prazo de 4 anos e alíquota de 0,2%. Com isso, o governo planeja arrecadar R\$ 32 bilhões para a Previdência. Os governadores querem negociar uma fatia do bolo. A maioria das propostas do pacote ainda precisa de aprovação do Congresso Nacional. ◀◀

Sindsep no Conselho Municipal da Mulher



ASSENTO Marli, no centro, será a representante do Sindsep-PE no Conselho

Sempre presente nos espaços de controle social, o Sindsep-PE manteve o assento que já tinha no Conselho Municipal da Mulher do Recife. Na conferência municipal do setor, realizada entre os dias 10 e 12 de setembro, no Centro de Formação de Professores Paulo Freire, na Madalena, a diretora do sindicato, Marli Barbosa, foi eleita para um mandato de quatro anos, substituindo a servidora Vera Lúcia Chaves, que representava a entidade. Além de Marli e Vera, quem também representou a base dos servidores federais na conferência foi a coordenadora do Núcleo dos Aposentados e Pensionistas do Sindsep-PE, Ana Estrela. O tema da Conferência foi *Mais política e poder para as mulheres* e discutiu o enfrentamento a questões como violência, educação sexista, racismo, homossexualidade, Estado laico e direitos sexuais. ◀◀

Depois de muita pressão, governo oferece reajuste em duas parcelas

Num ano em que o país enfrenta uma recessão econômica, agravada por uma crise política e muita manobra da oposição para desestabilizar o país, os servidores públicos federais arrancaram do governo um acordo bem razoável, garantindo a conquista de uma luta histórica dos aposentados: o aumento da pontuação da gratificação de desempenho (GD). Eles hoje recebem 50 pontos e poderão chegar a 100 até 2019.

Além da conquista para os aposentados, o acordo também incluiu o reajuste de 10,8% dividido em duas parcelas: 5,5% em agosto de 2016 e 5% em janeiro de 2017. Esse índice não corresponde aos 27,3% que o funcionalismo reivindicava para 2016, mas foi o possível no momento de crise econômica. Benefícios como auxílio alimentação, auxílio creche e contrapartida do plano de saúde também foram reajustados.

“Conseguimos destravar essa pauta antiga. Hoje, muitos servidores não se aposentam por conta dessas perdas salariais na gratificação de desempenho”, explica a coordenadora geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira. Esse aumento na GD é parte da luta da Condsef e demais entidades do setor pela volta da paridade. Ou seja, para que o salário do aposentado se iguale ao do ativo. Mas, pelo menos por enquanto, a regra só vale para quem se aposentou depois de 2003 e os que ainda vão se aposentar.

Os servidores já aceitaram a proposta do governo. Falta agora o Ministério do Planejamento e a categoria assinarem um termo de acordo (ver arte). O governo informou que o reajuste do funcionalismo está previsto no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) 2016, enviado ao Congresso no final de agosto.

VITÓRIA DA LUTA

Apesar de ter havido avanço, não foi uma negociação fácil. A princípio, o governo apresentou uma proposta de reajuste para quatro anos, sendo 5,5% (2016), 5% (2017), 4,75% (2018) e

4% (2019), que a categoria rejeitou. Além de considerar os índices baixos, sem nem ao menos repor a inflação do período, os servidores não quiseram amarrar uma negociação para quatro anos, já que a tendência é que a economia se recupere e daqui para lá será possível uma negociação melhor.

Os servidores insistiram e o governo recuou. No dia 3 de setembro, o Ministério do Planejamento apresentou a proposta de parcelar o reajuste em dois anos. Também foram mantidos os aumentos dos benefícios e da gratificação de desempenho dos aposentados, itens esses que antes o governo queria atrelar à aceitação de uma proposta para quatro anos.

Durante todo esse processo, o Sindsep-PE realizou assembleias nos órgãos e na sede da entidade para discutir e decidir junto com sua base.

NOVO AJUSTE FISCAL

No dia 14 de setembro, o governo anunciou um novo pacote de ajuste fiscal. Para economizar R\$ 7 bilhões, transferiu o reajuste do funcionalismo que estava prevista para janeiro para agosto do ano que vem. A categoria reagiu, mas diante do impasse resolveu aceitar a proposta e continuar a lutar por melhoras.

Também consta no novo ajuste fiscal a suspensão de concurso público para 2016 e o fim do abono de permanência, benefício pago aos servidores que já cumpriram todos os requisitos para a aposentadoria e permanecem na ativa. O valor é equivalente à contribuição da Previdência e hoje atende 101 mil pessoas. Nos próximos cinco anos, 123 mil estarão aptos a receber o abono de permanência. A Condsef consultou sua assessoria jurídica sobre a possível suspensão do abono de permanência e foi informada que o benefício não pode ser retirado, de uma hora para outra. É necessário um projeto de lei específico que trate do assunto.



BASE Em setembro o sindicato realizou duas assembleias gerais e várias outras nos órgãos

Itens que constam no termo de acordo

» Reajustes dos benefícios em janeiro de 2016. O auxílio alimentação passa de R\$ 373 para R\$ 478; o auxílio creche de R\$ 73,01 para R\$ 321 e a média da contrapartida do plano de saúde de R\$ 117,78 para R\$ 145

» Reajustes para a Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias (Gacen), Gratificação de Apoio à Execução da Política Indigenista (Gapin) e Gratificação Específica de Apoio Técnico Administrativo (Geata) nos mesmos moldes do reajuste salarial, sendo 5,5% em agosto de 2016 e 5% em janeiro de 2017

» Duas parcelas de reajuste. Para agosto de 2016 (5,8%) e para janeiro de 2017 (5%)

» Continuar negociando as demandas setoriais

» Aumento da gratificação de desempenho (GD) para aqueles que vão se aposentar ou se aposentaram depois de 2003 e recebiam a GD quando na ativa. Essas pessoas passarão a receber a diferença de pontos entre a quantidade prevista na regra atual e a média dos 60 meses anteriores à aposentadoria. A medida será implantada em três momentos: 33% em 2017, 33% da diferença em 2018 e 33% da diferença em 2019



INTERIOR Além de ato no Recife, houve protesto em Petrolina, contra os cortes

Trabalhadores unidos contra ajuste fiscal

Como parte das atividades da Campanha Salarial 2015, no dia 23 de setembro, os servidores federais se uniram a outras categorias de trabalhadores que também estão em negociação e realizaram um Dia Nacional de Lutas, com mobilizações em vários estados. O protesto teve como mote o combate ao novo pacote de ajuste fiscal anunciado pelo governo no dia 14 e que prevê a suspensão temporária dos concursos públicos e a prorrogação do funcionalismo federal de janeiro para agosto de 2016. Em Pernambuco, o ato público foi realizado no Centro do Recife.

Ainda na concentração, na praça da Independência, a manifestação do movimento sindical chamava a atenção dos transeuntes. O servidor da base do Sindsep, Cícero Benício, aposentado do Ibama, fez questão de participar do ato público fantasiado. “Na cabeça é o pacote do governo que está pesando sobre nós, servidores”, disse ele, em tom de indignação.

Os servidores da Previdência em greve há mais de dois meses se incorporaram ao ato, assim como os trabalhadores de processamento de dados. Os previdenciários lutam por um reajuste melhor e pela redução da jornada de trabalho de oito para seis horas diárias. Já os trabalhadores em processamento de dados vêm realizando paralisações de advertência e com possibilidade de aderirem a uma greve por tempo indeterminado.

Segundo a coordenadora geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira, 20% da receita que prevê esse novo pacote de ajuste fiscal foram retirados do bolso dos trabalhadores, a partir

do cancelamento dos concursos públicos e da prorrogação do reajuste dos federais de janeiro para agosto do ano que vem. “Quem provocou essa crise foram os bancos, as agências financeiras. Portanto, que se faça um ajuste taxando as grandes fortunas, acabando com a sonegação. Os responsáveis por essa situação não são os trabalhadores, muito menos os servidores federais”, dispara a sindicalista.

“Os trabalhadores neste país geram riquezas e é distribuindo renda e gerando empregos que conseguiremos sair dessa crise. O governo precisa mudar o rumo da economia, taxando as grandes fortunas e os bens de luxo”, pontua o presidente estadual da CUT, Carlos Veras.

Da praça da Independência, os manifestantes seguiram em caminhada até a frente do Ministério da Fazenda, no Recife Antigo, onde realizaram a segunda parte do ato público contra o pacote de ajuste fiscal do governo. Lá, eles foram recebidos com um grande apito dos servidores do órgão e do Serpro.

A atividade no Recife contou também com a participação do grupo de teatro TV Sindical, que fez uma crítica sobre o pacote de ajuste fiscal do governo, mostrando que ele não resolve a situação do Brasil e ainda pesa para os mais sacrificados.

Em Jaboatão, os servidores da Receita Federal pararam por 24 horas. Em Petrolina também houve atividade contra o ajuste fiscal. Os servidores do IFPE Sertão realizaram um ato público numa praça pública no centro da cidade. Mais de 80 pessoas participaram. ◀

Temporários ameaçam futuro dos civis do Comando do Exército

Uma das maiores demandas do serviço público é a realização de concursos para repor a mão-de-obra que está se aposentando ou prestes a se aposentar. No Ministério da Defesa não é diferente. No Comando do Exército essa lacuna está sendo preenchida pela Prestação de Tarefa por Tempo Certo (PTTC), trabalhadores contratados temporariamente por um período de um ano, contrato que pode ser renovado quantas vezes forem necessárias, por igual período.

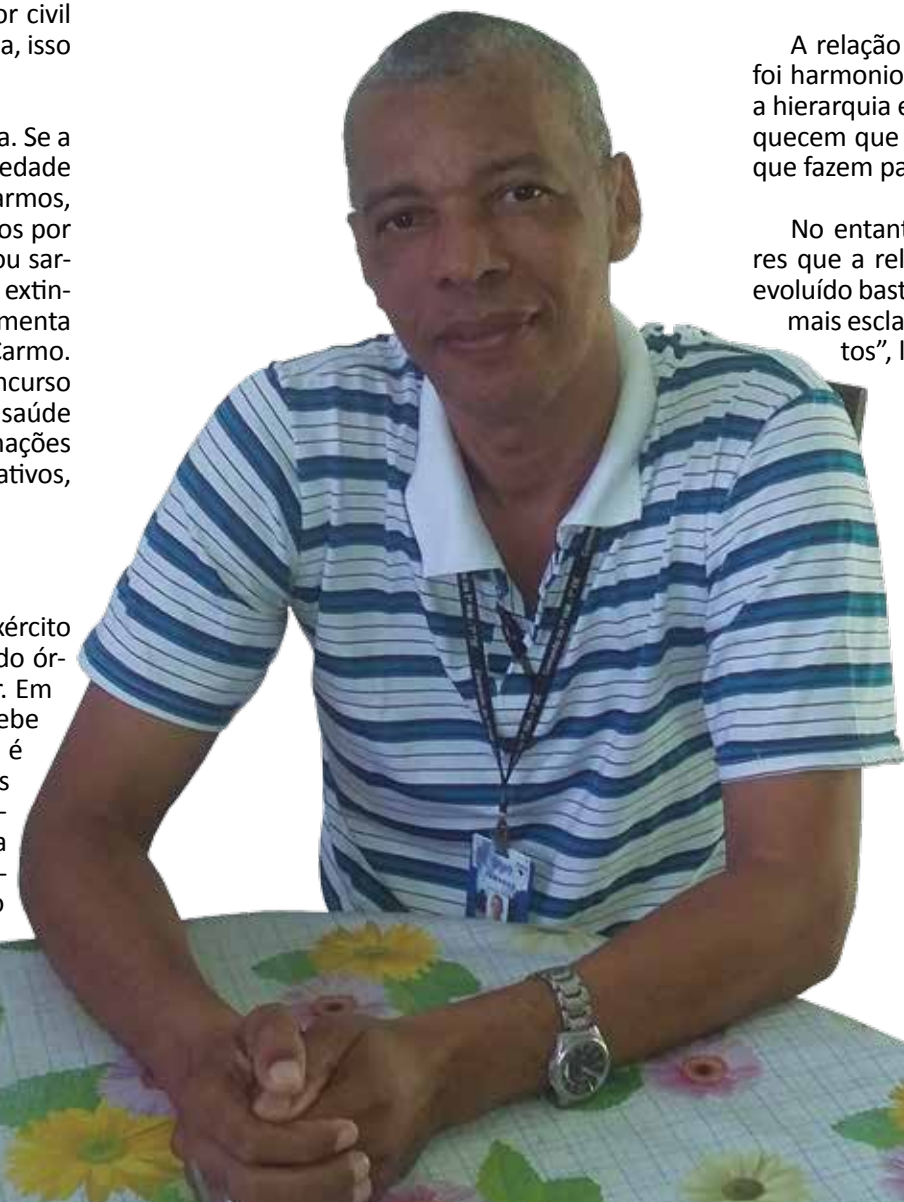
Essas funções estão sendo preenchidas por militares, em sua maioria oficiais. Em Pernambuco tem até general prestando serviço. No Exército, esses profissionais atuam principalmente em funções administrativas. O pagamento corresponde a 30% do seu provento de aposentadoria. Para o servidor civil do Exército, Arnaldo Joaquim de Santana, isso deixa o setor fragilizado.

“Perdemos nosso poder de barganha. Se a Previdência parar, por exemplo, a sociedade deixa de ser atendida. Mas se nós pararmos, poderemos ser rapidamente substituídos por um PTTC ou algum praça (subtenente ou sargento)”, explica Arnaldo. “Vão acabar extinguido os civis administrativos”, complementa o agente administrativo Edvaldo do Carmo. Para ele é possível que ainda façam concurso no órgão para as áreas de tecnologia, saúde e magistério, que necessitam de formações específicas, mas os agentes administrativos, nível médio, talvez não.

DEMANDA DE PESSOAL

O último concurso realizado no Exército foi em 1995. Hoje, a maioria dos civis do órgão está com tempo para se aposentar. Em Pernambuco, mais da metade já recebe o abono de permanência. O benefício é pago àqueles que preencheram todos os requisitos para aposentadoria, mas continuam na ativa. O valor corresponde a 11% da remuneração, ou seja, é um reembolso daquilo que é deduzido a título da Previdência.

“Perdemos nosso poder de barganha. Se nós pararmos, poderemos ser rapidamente substituídos por um PTTC”



Arnaldo Santana é um caso típico. Ele tem 37 anos de serviço público com tempo suficiente para se aposentar, mas permanece ativo. “Se me aposentar perco 40% da minha remuneração”, explica o servidor do Exército. Além disso, Arnaldo também sonha com o dia em que o governo irá corrigir as distorções salariais do Ministério da Defesa. Lá existem duas carreiras, o plano geral (PGPE) e o Plano de Carreira da Tecnologia Militar (PCTM).

Pessoas que desempenham muitas vezes a mesma função, mas ganham salários diferentes. Cargos até com a mesma nomenclatura, como é o caso dos analistas de sistemas e artefices, mas com valores muito diferentes.

CIVIS X MILITARES

A relação entre os civis e militares nunca foi harmoniosa. Os militares valorizam muito a hierarquia e a autoridade e muitas vezes esquecem que os civis não estão a seu serviço, que fazem parte de outra instância.

No entanto, é unânime entre os servidores que a relação entre civis e militares tem evoluído bastante nos últimos anos. “Estamos mais esclarecidos, cientes dos nossos direitos”, lembra Edvaldo do Carmo.

Para Arnaldo Santana, o Regime Jurídico Único (RJU), Lei 8.812/90, foi um marco para os civis. “Antes da 8.812 a gente não podia nem olhar atravessado. Se não fosse com a cara da gente nos punia gratuitamente”, diz o servidor.

Embora um pouco mais humanos, os militares continuam perfeccionistas e isso tem refletido nas avaliações de desempenho. Muitas vezes os servidores fazem seu trabalho corretamente, mas eles não costumam dar a nota máxima. Eles procuram uma perfeição extrema. Há aqueles chefes que tentam justificar porque não pontuam com a melhor nota porque podem “acomodar” os civis. ◀◀



Na Marinha, rigidez excessiva para os civis

PROBLEMAS
Servidores da Marinha insatisfeitos com o tratamento recebido pelos militares

A situação delicada por qual passa os servidores públicos federais brasileiros, com o desmonte de seus órgãos e desvalorização salarial, tem um agravante relevante quando se observa a realidade dos servidores civis das Forças Armadas. Uma rigidez excessiva faz parte da rotina diária desses profissionais em seus locais de trabalho. Essa situação foi exposta abertamente por servidores da Marinha brasileira lotados no Hospital Naval de Recife.

“Temos que aceitar tudo de forma pacífica. Se cobrarmos algo, tem perseguição. Temos que obedecer. O certo não importa. Temos que cumprir ordens”, disse o auxiliar operacional, Ronaldo Silva Barbosa. Segundo o servidor, os funcionários civis são cobrados excessivamente pelo trabalho que deveria ser desempenhado por todos. “Não importa o número de militares em um setor. Se tiver um civil, tudo é cobrado a ele”, afirmou. “Os civis não têm condições de trabalhar e cobram tudo o que a legislação determina”, complementou o também auxiliar operacional, Lúcio Negreiros. Segundo ele, faltam equipamentos para o trabalho.

Os servidores civis da Marinha pernambucana também sofrem com uma situação que é característica das Forças Armadas. Depois que se aposentam, os militares podem retornar ao trabalho para desempenhar atividades como funcionários civis. “Com isso, não se faz mais concurso. O pior é que tem setores em que acabamos fazendo o trabalho de dois ou três funcionários, por falta de concurso”, comentou o auxiliar operacional, Gilson Júlio de Alcântara. O último concurso para a área foi realizado em 1995.

O desvio de função também é outro proble-



“Queremos que todos passem a integrar a Tecnologia Militar”

ma enfrentado pelos servidores. Marta Gomes de Souza afirma que foi desviada de sua função há mais de dez anos. “Desempenho um trabalho de grande responsabilidade em meu setor, realizando visitas técnicas a toda a rede credenciada de saúde, e não recebo nenhuma gratificação por isso”, disse.

Além dos problemas específicos, os servidores civis da Marinha sofrem com a desvalorização de seus salários. “O governo sempre concede reajustes abaixo da inflação. Com o passar dos anos, nossos salários ficaram defasados. Além disso, recebemos um valor muito baixo para pagar nossos planos de saúde”, comentou Ronaldo.

TECNOLOGIA MILITAR

Os representantes sindicais dos servidores civis das Forças Armadas brasileiras travam uma batalha permanente com o governo federal contra a distorção salarial existente entre os diversos funcionários. O problema ocorre porque parte dos civis integram a carreira do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), que recebe salários bem abaixo dos que integram o Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar (PCCTM), criado em 2006.

Dos cerca de 170 servidores civis que integram a Marinha em Pernambuco, trabalhando na Capitania dos Portos, Escola de Aprendizes de Marinheiro e Hospital Naval do Recife, mais de 90% fazem parte do PGPE.

A diferenciação acaba gerando desestímulo e um descontentamento generalizado entre os trabalhadores das unidades militares. Em 2014, o governo prometeu que iria corrigir esse problema, em mesa de negociação, mas não cumpriu o acordo.

“A Condsef está tentando dar prosseguimento à negociação. Seus representantes têm levado a discussão para todas as mesas de negociação. Queremos que todos os funcionários passem a integrar a Tecnologia Militar. Essa é uma das pautas principais. Além disso, vamos continuar insistindo na pauta setorial”, informou o diretor do Sindsep-PE e servidor do Comando da Aeronáutica, Ricardo Rocha.

Em breve, o sindicato e a Condsef irá convocar todos os servidores das Forças Armadas para debater as distorções entre PGPE e PCCTM. ◀◀

A constituição de 1988 é o novo alvo do conservadorismo



Editorial do jornal O Globo de 14 de setembro de 2015 é o exemplo mais perfeito do ponto onde pode chegar o pensamento econômico conservador diante de um cenário de crise como o que estamos vivendo na atualidade. Seu título, por si só, esclarece a filiação neoliberal das ideias defendidas pelo diário de circulação nacional com sede no Rio de Janeiro: “Estado tutor faliu”. A tese central sustentada no texto procura vincular a crise econômica pela qual passa o país não apenas às opções tomadas durante o governo da presidente Dilma Rousseff ou, de maneira mais ampla, ao modo petista de governar iniciado com a Presidência de Lula.

Para O Globo, as raízes da crise estariam localizadas na própria Constituição Federal de 1988, responsável primeira pela implantação, no Brasil, de uma “percepção míope da realidade”, que viria a ser derrubada apenas um ano depois com a queda do Muro de Berlim. Dito de outra maneira, segundo a opinião de O Globo, a “Constituição Cidadã” do ilustre deputado Ulysses Guimarães traria embutida no seu corpo o “modelo da centralização excessiva de tudo pelo Estado”, tal qual a extinta União Socialista Soviética.

Eis, de maneira literal, a opinião oficial do jornal que tem, entre seus colunistas, figuras do jornalismo econômico da estirpe neoliberal de Miriam Leitão e Carlos Alberto Sardenberg: “O aspecto negativo da Carta deriva de uma visão ideológica de mundo por meio da qual ela foi redigida, com o Estado sendo colocado sobre a sociedade, no papel de uma espécie de tutor que concentraria o máximo das rendas da sociedade, extraídas por elevados impostos, com a finalidade de distribuí-las para mitigar a pobreza. O Esta-

“A Constituição representa um marco rumo à edificação de um Estado de Direito”

Pois bem, a chantagem neoliberal volta à cena sob nova plumagem, com o discurso de que, sem a realização de profundos cortes orçamentários que apontem para o enjugamento do Estado brasileiro, a situação econômica do país tornar-se-á falimentar, agregando-se como fator de desestabilização à atual crise política que envolve o governo da presidente Dilma Rousseff.

No entanto, há algo de mais perigoso ainda no editorial de O Globo, que expressa a onda de intolerância político-ideológica que toma conta das principais cidades do país, servindo, ao mesmo tempo, de combustível para o crescimento da mesma, num jogo de alimentação e retroalimentação. Falo, aqui, da tentativa de construção de um sentimento de desconfiança e oposição (para dizer o mínimo) em relação àquela que é a Constituição mais democrática de toda a nossa história, a Constituição que marca a nossa entrada na “era dos direitos”.

A Constituição que representa um marco fundamental na longa caminhada do Brasil rumo à edificação de um Estado de Direito compromissado com o bem-estar social. Uma Constituição que, no campo dos direitos sociais, incorpora aquilo que de melhor foi produzido pela tradição social-democrática, à medida em que define a seguridade social como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”, com base em três princípios fundamentais: universalidade, descentralização e participação.

Ora, a fim de que a sociedade brasileira consiga alcançar níveis elevados de seguridade social, com a devida efetivação dos direitos sociais, não podemos abrir mão do que está previsto legalmente na Constituição de 1988, da mesma forma que precisaremos da presença de um Estado que atue na expansão e melhoria da qualidade dos serviços e políticas públicas - um Estado que não seja limitado nas suas funções econômicas. Ao contrário do que pensa O Globo. <<

do seria o agente do “bem”.

Primeiramente, é preciso que se diga, a bem da verdade, que a tese conservadora que procura relacionar um possível descalabro econômico ao texto da Constituição Federal de 1988 não tem absolutamente nada de original, pois, à época da sua promulgação, o então presidente José Sarney, já comunicava aos “brasileiros e brasileiras”, num explícito ato de chantagem política, que o país se tornaria completamente ingovernável caso a Assembléia Nacional Constituinte votasse favoravelmente à sua aprovação.

Núcleo de Estudos se contrapõe ao discurso de direita



PLURAL Grupo formula ideias para o campo da esquerda.

Diante dos avanços da direita brasileira e dos ataques contínuos à esquerda promovidos pelos grandes meios de comunicação e parcela do Poder Judiciário, os movimentos sociais começaram a se mobilizar e unir forças em todo o Brasil. Em Pernambuco, militantes e quadros de movimentos sociais, universidades e partidos políticos de esquerda estão se reunindo em torno do Núcleo de Estudos – Política, Economia e Sindicalismo (NEP).

De caráter suprapartidário, o grupo foi lançado em abril de 2015, por correntes de esquerda, com o objetivo de apresentar alternativa ao pensamento hegemônico. O NEP debate temas relacionados à realidade política, econômica e social brasileira. “Somos um grupo plural que congrega correntes de esquerda para formular ideias, propostas e projetos para o nosso campo. Estamos iniciando um trabalho importante para fomentar um debate de esquerda e pensar em como contribuir para o avanço da democracia”, disse o filósofo e ex-presidente da CUT, Jairo Cabral.

O debate em torno da realidade atual brasileira foi o mote do último encontro do Núcleo de Estudos, realizado no dia 27 de agosto, no auditório do Sindsep. Durante o encontro, o cientista político e professor da UFPE, Michel Zaidan, proferiu palestra com o tema Brasil: *Realidade atual e perspecti-*

vas e fez uma análise crítica do momento que vem atravessando o país, destacando o papel da classe média, da mídia e dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.

DIVISÃO DE CLASSES

Segundo Zaidan, a classe média brasileira é retrógrada, sempre apoiou políticos conservadores e se configura como massa de manobra das elites e ponta de lança do processo reacionário. Na opinião do cientista político, toda vez que essa parcela da classe média se dá conta de que seu status está ameaçado pelas classes inferiores, entra em combustão e se mobiliza para recolocar os partidos de direita no poder, partidos que defendem tão somente os interesses da elite. É o que acontece no momento.

“É uma nostalgia do regime de privilégios que esses setores defendem com unhas e dentes contra a socialização dos bens culturais e de consumo. Um anseio de se diferenciar dos outros e se aproximar dos andares de cima, como se a elite quisesse se misturar com eles. Mas a elite é apátrida. Tem interesse apenas por lucro”, afirmou. Zaidan lembrou que a mídia nacional vem estimulando os brasileiros contra o governo e contra o PT, com o objetivo de favorecer políticos de direita, a quem são ligados historicamente.

Segundo ele, o sistema político brasileiro também tem contribuído para o agravamento da crise, por possuir um regime presidencialista e multipartidarista, ao mesmo tempo. “Um regime onde o presidente tem que realizar acordos com um legislativo formado por dezenas de partidos, em sua maioria clientelista. Ninguém governa sem o apoio do Congresso e essa turma tem interesses fisiológicos. Não há nenhum sentido republicano”, disse.

Quanto ao Judiciário, o professor destacou a existência de uma questão séria que atrapalha os julgamentos políticos no Brasil: “A imparcialidade dos juizes. Temos que lembrar que os ministros do Supremo Tribunal Federal, por exemplo, são indicados pelos presidentes.”

Zaidan criticou ainda o ajuste fiscal do Executivo, destacando que essa não deveria ser a agenda do grupo eleito. “A política econômica deixou de ser desenvolvimentista e redistributiva para ser contracionista, penalizando toda a classe trabalhadora. O aumento de juros também só beneficia os compradores de títulos da dívida pública. Quanto mais juros, mais seus papéis se valorizam”, lembrou. <<

PELO MUNDO

A precariedade dos empregos

Dados do relatório *Pequenas Empresas, Grandes Brechas*, que tratam da situação das micro e pequenas empresas da América Latina e Caribe, divulgados em setembro pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), são preocupantes. De acordo com o documento, apesar de essa parcela empresarial representar a maior fonte de emprego da região, as 10 milhões de micro e pequenas empresas apresentam alta taxa de rotatividade, baixa produção e são os principais nichos de informalidade. Segundo o estudo, as pequenas e micro empresas garantem 75% dos empregos na América Latina e Caribe, enquanto as médias e grandes empresas não chegam a ocupar 20%.

Racismo em Nova Iorque

O racismo não é exclusividade de um ou outro país isoladamente. Em setembro, a bancária Kamilah Brock, que é negra, denunciou ter sido vítima, em Nova Iorque, de um ato de preconceito sem precedentes. Pelo simples fato de estar dirigindo um BMW, a polícia nova-iorquina apreendeu o veículo e ainda a internou em um hospital psiquiátrico, alegando que ela sofria de transtorno bipolar. Ela passou oito dias internada e agora ameaça processar a administração municipal por racismo. Kamilah Brock estava parada no sinal vermelho quando foi abordada por um policial, que teria questionado “o que ela estava fazendo ali.” Sem nenhuma justificativa, foi levada a uma delegacia onde teria passado horas detida e, depois, encaminhada para hospital psiquiátrico.

Movimentos sociais vão às ruas no 21º Grito dos Excluídos

Como acontece há 21 anos, no dia do desfile do 7 de Setembro, movimentos sociais saíram em passeata pelas ruas do centro do Recife em mais uma edição do Grito dos Excluídos. Além de defender a temática nacional, o evento em Pernambuco teve como tema local *Reformar a Política para Democratizar a Comunicação*, reunindo milhares de pessoas, representantes dos movimentos sociais, como centrais, sindicatos, fóruns populares, entidades religiosas, entre outros.

A concentração teve início por volta das 9h, na Praça Oswaldo Cruz, bairro da Boa Vista. Dois carros de som, com bandas tocando música ao vivo, animaram a mobilização. Da concentração, os manifestantes seguiram em passeata pela avenida Conde da Boa Vista até a praça do Carmo, bairro de Santo Antônio. Durante todo o percurso, diversas faixas e cartazes com as demandas de cada movimento.

O ato desse ano contou com uma novidade: dois carros de som com bandas tocando clássicos, ao vivo, da Música Popular Brasileira e da música latino-americana, o que animou os ma-



TEMA Papel da mídia em xeque

nifestantes e os transeuntes que passavam pelo local do percurso. Os jovens do Levante Popular da Juventude fizeram os presentes dançarem e pularem ao som de suas alfaias e abês. Todos caminharam de forma pacífica pelas principais ruas do centro da capital pernambucana. Ao final, na praça do Carmo, formaram uma grande roda de ciranda, encerrando o ato por volta das 13h.

NACIONAL

O Grito de 2015 teve como tema nacional *Que país é esse que mata gente, que a mídia mente e nos consome?*, numa referência à violência nas periferias brasileiras contra os integrantes da fatia de baixa renda, na sua maioria jovens negros, e criticando o discurso midiático dos grandes meios de comunicação, sempre atrelado aos interesses da elite econômica.

Na mobilização, os manifestantes também criticaram a privatização da Petrobras, a redução da maioridade penal, reivindicaram a reforma agrária e uma maior participação das mulheres no poder. ◀◀

CIDADANIA

Encontro de políticas públicas em Palmares

O município de Palmares, na Mata Sul, reuniu mais de cem pessoas no Encontro de Políticas Públicas *Transversalizando Gênero, Raça/Etnia e Saúde do Trabalhador*, realizado, nos dias 9 e 10 de setembro. O evento é uma iniciativa da Secretaria de Políticas Públicas do Sindsep-PE. Além de palestras, foram promovidos debates, oficinas e dinâmicas de grupo. Entre os encaminhamentos tirados, a necessidade de lutar por mais assentos nos espaços de controle social. Também foi unânime a deliberação pela continuidade de eventos como esse que discuta temas ligados à cidadania.

“Nosso sindicato vai além das questões específicas dos servidores. Queremos ampliar o canal de interlocução com os movimentos sociais”, destacou a coordenadora geral do Sindsep, Graça Oliveira. “Deveria haver mais encontros como esses, ampliá-los para que o maior número de pessoas participe”, disse Ge-



PARCERIA Sindicatos em ação

ane Maia, servidora da Funasa, em Gameleira. “Agora podemos debater esses assuntos com mais firmeza. Sabemos a quem nos reportar em caso de acidentes de trabalho”, desabafou Rita Feijó, para quem o encontro de políticas públicas abriu horizontes. “Esse evento não é

apenas da Secretaria de Políticas Públicas nem do sindicato. Esse encontro conta com o apoio de vários sindicatos de Palmares e da região”, frisa a diretora territorial de base do Sindsep-PE, Carmem Santana.

No primeiro dia do evento, a coordenadora do curso de Segurança do Trabalho da Escola Técnica de Palmares, Betânia Souza Leão, fez um levantamento histórico da Segurança do Trabalho no Brasil e no mundo. Ademir Bazílio, da Associação LGBT da Mata Sul, falou sobre identidade de gênero, transexualidade e homossexualidade. O professor Lúcio palestrou sobre raça e etnia. O segundo dia do encontro começou com uma oficina sobre saúde do trabalhador. Em seguida, representantes do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) e da Cistt (Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora), de Palmares, falaram sobre essas duas instâncias ligadas ao Sistema Único de Saúde (SUS). ◀◀